



Caderno de resoluções

28º CONGRESSO DO SINDSEF-SP

06, 07 e 08 de dezembro de 2024
São Paulo-SP





Anotações



REGIMENTO DO 28º CONGRESSO DO SINDSEF-SP

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS

Artigo 1º - Preparar a categoria para a defesa dos Serviços Públicos e dos seus direitos e reivindicações, assim como fortalecer a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, discutindo e deliberando sobre os pontos do temário.

CAPÍTULO II – DA PROGRAMAÇÃO

Artigo 2º - Os trabalhadores e trabalhadoras no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo se reunirão no 28º Congresso do Sindsef-SP, nos dias 06, 07 e 08 de dezembro de 2024, em local a ser definido, com o objetivo de cumprir a seguinte programação:

06/12 (sexta-feira)

16h - Abertura com saudação das entidades convidadas

17h - Aprovação do Regimento do Congresso

18h – Mesa de Combate às Opressões

07/12 (sábado)

09h - Mesa de Conjuntura Nacional e Situação do Funcionalismo

10h – Grupos de Discussão

12h – Almoço

14h - Balanço e Planos do Sindsef-SP

15h – Grupos de Discussão

17h – Prestação de Contas

08/12 (domingo)

09h – Assembleia para Alterações Estatutárias

10h – Plenária para aprovação das Resoluções Temáticas

13h – Encerramento

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 3º - A organização do 28º Congresso do Sindsef-SP está a cargo da diretoria colegiada, que tem a competência de orientar a sua preparação e divulgar os documentos de apoio à discussão.

CAPÍTULO IV – DOS PARTICIPANTES

Artigo 4º - São participantes do 28º Congresso com direito a voz e voto, os servidores e servidoras filiados e filiadas ao Sindsef-SP, eleitos e eleitas como delegados e delegadas em assembleias por local de trabalho/região, no período de 01 à 22 de novembro de 2024, na proporção de um para cada três ou fração de servidores, sendo necessário para tanto que os mesmos estejam cumprindo o estatuto da entidade nos artigos 11, 12, 13 e seus respectivos parágrafos.

Parágrafo Único: Entende-se como local de trabalho/região o órgão onde os servidores e servidoras filiados ativos estão lotados, não podendo ser eleitos como delegados e delegadas em assembleia em órgão ou região/segmento que não seja o da sua lotação.

Na impossibilidade dos servidores e servidoras filiados ativos participarem da assembleia do seu respectivo órgão de lotação, fica garantido ao mesmo ter o seu nome apresentado como candidato a delegado, devendo ser referendado pelos presentes na assembleia do seu órgão. Entende-se como assembleia de outros órgãos, aquela realizada para os servidores e servidoras filiados ativos, onde não ocorreu convocação de assembleia específica em seu órgão ou região/segmento de lotação.

Artigo 5º - Fica garantida a participação dos pensionistas filiados, na qualidade de observadores, aos Congressos do Sindsef-SP, respeitados os mesmos prazos estabelecidos. Os pensionistas devem ser eleitos nas assembleias dos locais de trabalho dos instituidores. Serão eleitos pensionistas na proporção de 1 (um) para cada 07 (sete) participantes da assembleia. Nos casos em que não houver 07 (sete) participantes, nas assembleias que elegeram os delegados, fica garantida a indicação de um pensionista, desde que haja quórum para a eleição de um delegado.

Artigo 6º - São convidados e convidadas as pessoas indicadas pela diretoria colegiada que terão direito à voz nas mesas, grupos e plenárias.

CAPÍTULO V – DAS INSCRIÇÕES E DO CREDENCIAMENTO

Artigo 7º - O credenciamento se iniciará às 16 horas do dia 06 e se encerrará às 16 horas do dia 07 de dezembro de 2024.

Parágrafo 1º - Somente poderão credenciar-se como observadores os servidores e servidoras eleitos e eleitas de acordo como o art. 5º deste regimento. Em nenhuma hipótese o observador ou observadora assumirá as prerrogativas de delegados ou delegadas.

Parágrafo 2º - Serão inscritas como convidadas e convidados, as pessoas indicadas pela diretoria do Sindsef-SP.



Governo Lula, Funcionalismo e Serviços Públicos. Um balanço necessário!

Encerrada a campanha salarial do funcionalismo público federal é preciso que façamos um balanço deste processo e nos preparemos para os próximos embates. O governo Lula, é preciso que se diga sem meias palavras, não se dignou a negociar com os servidores. Instalou a “Mesa Nacional de Negociação” para nos enrolar enquanto pode e, finalmente apresentar a proposta vergonhosa dos ZERO% de reajuste para este ano!

Para segurar o movimento, resolveu “negociar por carreira”, impondo o “cada um por si”. Contou com o apoio de dirigentes de entidades nacionais governistas, que semearam a ilusão entre os servidores de que as coisas seriam melhores. Evidente que a reestruturação das carreiras e outros pontos específicos são de fundamental importância e precisariam ser debatidos em mesas setoriais. Mas, não foi isso o que o governo fez! Não houve uma reestruturação das carreiras que beneficiasse os trabalhadores! O que o governo fez foi nos dividir e enfraquecer para nos derrotar! Além disso, impôs diversas modificações nas carreiras, que são parte de seu modelo de Reforma Administrativa, que tentará aprovar nos próximos meses.

O que o governo está fazendo é nos dizer: esqueçam as perdas passadas, aceitem a redução salarial que lhes foi imposta ao longo dos anos, desde o governo Dilma. Ou seja, Lula está seguindo as “orientações” do Relatório do Banco Mundial e “dando a sua contribuição” para rebaixar os níveis salariais do funcionalismo, buscando equiparar os nossos salários aos do setor privado que, como todos sabemos, já são extremamente achatados, e sob condições cada vez mais precarizadas. Com sua política de rebaixamento dos salários dos servidores federais, Lula sinaliza para que os governadores e prefeitos façam o mesmo.

Lula não negocia com o funcionalismo, apenas com o centrão, com os banqueiros, com os militares, com os latifundiários. Com sua política do Arcabouço Fiscal, está dando continuidade ao aprofundamento do desmonte dos serviços públicos, que não afeta somente os servidores! Como todos sabemos, os serviços públicos gratuitos e de qualidade, são essenciais para a população, que já sofre com a escandalosa desigualdade social do Brasil.

O que está em jogo, afinal?

Parece algo distante do nosso dia-a-dia, mas não é: a crise capitalista que explodiu em 2008 ainda não está resolvida. Se nos lembrarmos, esta crise foi comparada à de 1929, que jogou o mundo em uma espiral recessiva de miséria, que só foi “resolvida” com a

destruição, seguida de reconstrução, provocada pela Segunda Guerra Mundial. Hoje, para sair da crise de 2008, o sistema financeiro mundial precisa sugar ainda mais as riquezas produzidas em todo o mundo, impondo mais recessão e miséria. Trata-se de um processo mundial. A invasão da Ucrânia por Putin e o genocídio cometido pelo Estado Sionista de Israel contra o povo Palestino e agora contra o Líbano, também são parte deste processo, que movimenta a poderosa indústria bélica americana.

Guardadas as devidas proporções, não é por outro motivo que a extrema direita, como nos anos 30, ressurgiu hoje em todos os países, pregando ódio e elegendo os “inimigos” mais próximos, seja um “comunista”, um imigrante, ou qualquer outro setor já oprimido. O racismo, o machismo, a xenofobia, a lgbtfofia, embalados em um discurso de ódio e obscurantista crescem a passos largos. Os ideólogos fascistas da ultradireita procuram vender uma solução simples, para um problema que tem grande complexidade: eleger como o “culpado”, o “inimigo a ser abatido”, um setor que também é vítima desta situação. Isso é feito de forma profissional, científica, para esconder o verdadeiro inimigo, aquele que vem provocando a destruição e a miséria e que, sim, precisa ser destruído: O SISTEMA CAPITALISTA.

Para convencer os mais pobres a abraçarem esta saída de ódio, e que, diga-se de passagem, setores ditos progressistas costumam chamar de forma jocosa e equivocada, de “pobres de direita”, há uma estrutura de guerra ideológica montada, que envolve desde o chamado “empreendedorismo”, as religiões e seus pastores milionários, que pregam a “teologia da prosperidade”, os coachees tipo Pablo Marçal, a grande mídia, e até (não é por acaso que surgiram agora) os cassinos eletrônicos, as bets, e até o repaginado “baú da felicidade” do Luciano Huck. São setores da burguesia que lucram absurdamente com a desgraça, o medo e a insegurança que se abate sobre os mais miseráveis, ao mesmo tempo em que buscam anestesiá-la população com a pregação da saída individual, com a conversa de que “se você se esforçar você atinge seus objetivos”, e se falhar é porque “não se esforçou o suficiente”. Tudo isso para desacreditar as saídas coletivas, que significam a organização e a mobilização dos de baixo.

Em escala mundial há um questionamento e enfraquecimento cada vez maior do imperialismo americano, que vem sendo confrontado por outro imperialismo nascente, o chinês. A disputa continuará com Donald Trump, e não seria diferente com Kamala Harris. O processo de recolonização dos países subdesenvolvidos irá se aprofundar.

O que faz o governo Lula diante deste cenário?

O surgimento e enraizamento da extrema direita no Brasil assustou muita gente e com razão. Por isso, a tendência de muitos setores é de fazer vista grossa, “passar o pano” ou naturalizar as políticas que beneficiam a burguesia implementadas pelo governo. Usam o argumento de que se criticarmos Lula, fortaleceremos a extrema direita. Nós achamos que é exatamente O CONTRÁRIO: o que fortalece a extrema direita são as políticas pró burguesia do governo de frente ampla e não as críticas que precisam ser feitas, cada vez mais.

O governo de Frente Ampla foi fruto de um acordo entre Lula e setores fortes da burguesia, que já não se dispunham mais a dar sustentação ao governo negacionista, de crise e confusão de Bolsonaro. A burguesia quer “tranquilidade” para continuar e aprofundar a exploração dos trabalhadores. A entrada de Alckmin como vice foi parte desta negociação, uma espécie de garantia de que os interesses dos banqueiros continuarão a ser defendidos. Lula se comprometeu a governar mantendo os ganhos e privilégios do empresariado, do grande agronegócio, do sistema financeiro e do rentismo.

O que Lula fará? Continuará cedendo e atacando sua antiga base social ou romperá esta Frente Ampla e aplicará medidas que venham a reduzir as desigualdades? Não dá pra fazer as duas coisas e todos sabemos disso!

Como devem agir os setores mais progressistas dos trabalhadores, a chamada esquerda? Devem continuar a relevar os ataques aos trabalhadores ou combater estas medidas, organizando uma luta de resistência contra o Arcabouço Fiscal? O que fortalece mais a extrema direita? Qual deve ser a postura dos sindicatos e das centrais sindicais?

Não é verdade que o governo está tomando estas medidas forçado pelo Centrão! A política de Arcabouço Fiscal foi elaborada e implantada pela equipe de transição do governo Lula, sem ouvir nenhum setor dos trabalhadores. Evidente que seria aprovada “com louvores e aplausos efusivos” pelos congressistas, verdadeiros capatazes da grande burguesia.

Assim que foi lançado o Arcabouço Fiscal, diversos setores, nós entre estes, denunciemos os objetivos e as consequências desta política econômica, que por sua lógica, reduziria os gastos sociais e os já baixos pisos constitucionais da educação e saúde. O governo negou que o faria, mas agora já está se preparando para reduzir estes e outros gastos sociais.

O governo, quando escrevamos este texto, estava prestes a divulgar seu novo programa de cortes nos benefícios sociais. Em julho já fez um corte de gastos de 15 bilhões! Mas o “mercado” exige cada vez mais! Na mira o seguro-desemprego, o Benefício de Prestação Continuada, o auxílio-doença... Haddad usou, inicialmente, o argumento de que era para “combater as fraudes”, mas soou tão falso e ridículo que teve que assumir que era para manter o Arcabouço Fiscal. Vai meter a mão no bolso dos mais necessitados para “agradar o mercado” e garantir que os ricos continuem a ficar mais ricos.

Vejamos outro aspecto: a política de financiamento das privatizações, via dinheiro público, no modelo de PPPs, é elaborada, incentivada e implantada pelo governo federal, via BNDES. Não é verdade que o Centrão está obrigando o governo a isso. Os vergonhosos e criminosos leilões das escolas públicas, que vêm sendo promovidos por Tarcísio de Freitas em São Paulo, são financiados pelo BNDES. No dia seguinte ao leilão do Tarcísio na Bolsa de Valores de São Paulo, o governador do Piauí, Rafael Fonteles, do PT, também deu suas marteladas, pois veio privatizar, na mesma Bolsa paulista, o sistema de água e esgoto do Piauí e com financiamento para os “compradores”, com dinheiro público via BNDES. Este banco, com muito dinheiro, já definiu que o seu modelo de desenvolvimento e crescimento do país se dará com a transferência dos bens do Estado para a iniciativa privada. Está incentivando até a privatização de penitenciárias! Quer um Estado mínimo, enxuto. Nada mais neoliberal que isso.

Rever a Reforma Trabalhista de Temer, que arrancou direitos dos trabalhadores? Nem uma palavra! Ou quem sabe a Reforma da Previdência de Bolsonaro? Mais silêncio do governo e das centrais sindicais chapa-branca! Para compensar seus serviços, estas foram agraciadas com a Contribuição Negocial.

A Reforma Administrativa, que já está em andamento, representa mais um enorme ataque aos serviços públicos e aos servidores. Haddad se adiantou e, falsa e ridiculamente, disse que o objetivo era “cortar os supersalários”. Não! É para cortar os gastos com os servidores e com os serviços públicos! Tudo para “acalmar o mercado”, dando garantias do pagamento da dívida pública e continuidade das isenções e incentivos fiscais.

Enquanto isso, o STF acaba de desferir um grande golpe na sociedade brasileira com a decisão de que os governos podem contratar trabalhadores pela CLT. Isso vai significar o fim da estabilidade e criar o caos a cada troca de gestão, além de abrir uma série de caminhos para a corrupção e desvios de recursos públicos por maus políticos.

A estabilidade protege os funcionários contra ameaças de superiores que cometem crimes no exercício de suas funções. Um governante poderá demitir um servidor que estiver cumprindo a lei e impedindo uma possível irregularidade, para colocar outro funcionário indicado por ele.

Também é preciso analisar mais detalhadamente a tão propalada redução do desemprego no país. É preciso recordar que no Governo Temer foi modificado o método de análise utilizado pelo IBGE (e que é mantido até hoje) para fazer estes cálculos. Já não se fala mais em empregos, mas em ocupações. Segundo o IBGE o Brasil possui 102 milhões de ocupados, 7,5 milhões de desocupados (que procuram ocupação mas não conseguem), e 3,3 milhões de desalentados (que desistiram de encontrar uma ocupação por não terem conseguido). Dos 102 milhões de ocupados, cerca de 16,8 milhões são, na verdade, subocupados (que não conseguem trabalhar, ao menos 40 semanais), 37,6 milhões têm carteira assinada e 47,6 milhões não têm, são os que “trabalham por conta”, se viram, fazem bico, os tais “empreendedores”. Concordemos que, apesar da pequena melhora nos números, se comparado aos anos Bolsonaro, a situação não é para ser festejada.

Precisamos encarar a realidade e dizer as coisas como elas são: Lula governa com e para a burguesia! E não dizemos isso com prazer, ao contrário: é dramático que o maior dirigente sindical e político que a classe trabalhadora brasileira construiu, tenha feito esta opção política. O mesmo vale para o PT, um partido que nasceu do ressurgimento do movimento operário brasileiro nos anos 1980, mas que, no período atual, é apenas mais um postulante a gestor do capitalismo nacional.

De nossa parte, honrando o posicionamento de um sindicato que, historicamente, tem praticado a total independência diante dos patrões e do governo, mantemos a coerência da defesa incondicional dos servidores e dos serviços públicos, e mais que isso, defendemos e apoiamos todas as lutas da classe trabalhadora.

A combatividade dos servidores da Educação, do meio ambiente, do MTE, do INSS e de tantos outros, nos mostra o caminho a seguir: é preciso muita luta e unidade para conquistarmos o que é nosso de direito: a reposição de nossas perdas salariais e a defesa de um serviço público universal, gratuito e de qualidade!

A direção da Condsef, que se orgulha de “representar 800 mil servidores”, infelizmente não faz nada para organizar as lutas de suas bases! Ao contrário, copiando o papel vergonhoso e traidor que a Andifes cumpriu na greve da educação, assinou um “acordo” com o governo em nome de uma base que não representa, os trabalhadores do INSS, que se encontravam em greve.

Em seus boletins e manifestações fizeram malabarismos e acrobacias verbais para tentar esconder sua passividade e cumplicidade diante do governo. Chegaram a afirmar que teremos mais de 7% de “aumento real” nos salários durante o governo Lula... isso, além de bizarro, é irresponsável!

As entidades representativas dos trabalhadores precisam estar à altura das tarefas a que são chamadas a cumprir. Não podem aceitar passivamente os ataques do governo Lula. É preciso apostar na organização e na mobilização dos servidores. É preciso que a Condsef e os sindicatos estaduais sejam pressionados para que se joguem na organização da nossa luta, apontando a necessidade de construirmos uma greve geral do funcionalismo!

Evidente que temos consciência de que é difícil, de que a categoria precisa recuperar a confiança em sua unidade e em sua luta. Mas o primeiro passo tem que ser dado, e é apostarmos, para o início de 2025, através da Fonasefe, na construção desta greve geral! Só assim teremos alguma chance de sucesso!

De nossa parte, continuaremos a defender as pautas de defesa dos servidores, dos serviços públicos e de todos os trabalhadores. Algumas de nossas bandeiras de luta:

Defendemos:

- Completa revogação das reformas trabalhista e da previdência!
- Pela taxaço dos bilionários e a taxaço progressiva dos impostos!
- Contra a Reforma Administrativa!
- Em defesa dos serviços públicos gratuitos, universais e de qualidade!
- Recomposição de todas as nossas perdas salariais!
- Concursos públicos já! Pela recomposição da força de trabalho nos serviços públicos!
- Em defesa do RJU e da estabilidade no emprego!
- Duplicação do salário-mínimo rumo ao salário do Dieese!
- Política de geração de empregos, com a redução da jornada de trabalho!
- Pelo fim da precarização das relações de trabalho!
- Demarcação das terras indígenas e titulação das terras quilombolas!
- Reforma agrária sob controle dos trabalhadores do campo!
- Não privatização de nenhuma das estatais e reestatização das que foram privatizadas!
- Suspensão do pagamento da dívida aos banqueiros para investir em saúde, educação, moradia e combate à fome!
- Sem anistia! Investigação e punição exemplar de Bolsonaro, sua família e todos os golpistas!
- Desmilitarização das Polícias! Policiamento civil, com controle popular!

Balanço das atividades do Sindsef-SP

Em 2024, o Sindsef-SP esteve à frente de grandes batalhas em defesa dos servidores públicos federais. Além disso, a luta por uma vida digna, tanto na cidade quanto no campo, e contra as opressões — racismo, machismo, LGBTfobia e xenofobia — continuou sendo uma prioridade.

O ano foi marcado por desafios econômicos e políticos, especialmente diante do arcabouço fiscal do governo Lula, que prioriza o pagamento da dívida pública e o favorecimento do rentismo, gerando incertezas e dificuldades para o funcionalismo público.

A campanha salarial foi o principal eixo de luta do sindicato. O Sindsef-SP mobilizou amplamente seus filiados em diversos órgãos como Ibama, Incra, Funai e Ministério da Saúde, enfrentando medidas judiciais e pressões do governo, que impôs um reajuste rebaixado e chantageou os servidores com a possibilidade de não haver aumento algum. O sindicato denunciou as práticas antissindicalistas do governo e reforçou seu compromisso de lutar contra o arrocho salarial, exigindo a recomposição das perdas acumuladas, que superam 20%. Mesmo sem conquistar as reivindicações, os trabalhadores se mantiveram firmes, com destaque para a greve da área ambiental, que ganhou visibilidade nacional.

Além da campanha salarial, o enfrentamento à reforma administrativa voltou a ser uma pauta central. Com o avanço da nova reforma, há a preocupação

com o isolamento de servidores em órgãos diferentes daqueles para os quais prestaram concurso e as dificuldades enfrentadas por aposentados e pensionistas diante do atual contexto econômico.

No campo das lutas gerais e do calendário de mobilizações, o Sindsef-SP manteve sua forte atuação, promovendo, participando e divulgando atividades. A luta por condições dignas de trabalho e pela defesa dos direitos dos servidores e trabalhadores em geral é contínua.

Neste ano, o Sindsef-SP denunciou que a precarização do trabalho no país é ainda crescente e mostrou sua disposição em continuar sendo um ponto de apoio para os trabalhadores. Embora o desemprego tenha diminuído com o aumento de vagas formais, os salários baixos e os poucos benefícios sociais persistem, enquanto a revogação das reformas trabalhista e previdenciária desapareceu da pauta do governo.

O Sindsef-SP promoveu diversas atividades ao longo do ano. Reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos dos servidores públicos e trabalhadores em geral, o sindicato se manteve como uma voz ativa na luta contra os ataques do governo e as injustiças sociais.

***Confira os principais momentos
do Sindsef-SP em 2024!***

CAMPANHA SALARIAL E QUESTÕES ESPECÍFICAS

No dia **2 de fevereiro**, servidoras e servidores da Área Ambiental realizaram uma ação coletiva de doação de sangue, como parte da mobilização que visa chamar a atenção do governo para a necessidade de melhorias nas condições de trabalho e em defesa da reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente. Na capital paulista, a atividade foi organizada pela Ascema SP/PR. O Sindsef-SP disponibilizou um café da manhã para os participantes da mobilização.

No dia **19 de fevereiro**, o Sindsef-SP iniciou a rodada de assembleias nos órgãos públicos de sua base para debater sobre a campanha salarial, eleger delegados de base para o Conselho Deliberativo e falar a respeito das questões específicas de cada órgão.

A primeira assembleia foi dos servidores do Incra, às 15h. A reunião foi realizada em formato híbrido, para incluir trabalhadores presenciais e remotos. Cristina Sato destacou que a assembleia integra o Dia de Luta, parte da mobilização nacional em defesa das

reivindicações dos servidores do Incra, MDA e SPU. Luis Genova, do Sindsef-SP, criticou a falta de orçamento para reajuste salarial dos Servidores Públicos Federais em 2024 e defendeu um aumento linear para todas as categorias. O sindicato enfatizou a necessidade de intensificar a mobilização diante da falta de compromisso do governo Lula.

O sindicato convocou os servidores e as servidoras de sua base a fortalecer a luta pela recomposição salarial e pelos direitos de todos trabalhadores, no dia **20 de fevereiro**. Destacou a extrema importância que todos participassem das assembleias realizadas pelo sindicato nos seus respectivos órgãos, assembleia estadual e demais atividades de mobilização.

No dia **21**, aconteceu a assembleia dos servidores da PGFN, on-line. Além de debater sobre a campanha salarial, os servidores falaram a respeito do andamento do GT-MCT/PGFN e outras questões específicas e elegeram delegados para o Conselho Deliberativo do Sindsef-SP. Na ocasião, o Secretário

Geral, Luís Genova, criticou a política econômica do governo Lula, que prevê reajuste zero para os servidores públicos em 2024. A medida, baseada no orçamento aprovado, reflete a falta de recursos para todas as carreiras e promove a fragmentação da categoria com negociações específicas.

No dia **22 de fevereiro** foi o aniversário de 35 anos do Ibama e um Dia Nacional de Lutas. Em São Paulo, a comemoração dos 35 anos do Ibama, organizada pela Ascema SP-PR e pelo Sindsef-SP, incluiu um café da manhã e uma assembleia que exibiu um vídeo destacando a luta dos servidores por valorização profissional e conquistas trabalhistas. A atividade ocorreu em meio à mobilização da categoria pela reestruturação das carreiras ambientais e equiparação salarial com a ANA.

No dia **28 de fevereiro**, às 12h30, on-line, foi realizada a assembleia dos servidores da Fundacentro. Além da pauta comum das outras assembleias nos órgãos, os participantes conversaram sobre a ação civil pública do MPT sobre assédio moral.

A assembleia dos servidores do Ipen aconteceu no dia **29 de fevereiro**, às 10h, presencial (no vão do CPD) e on-line. Foi conversado sobre a preparação do 8 de março, Plano Médico, Adicional de Tempo de Serviço, informes sobre a reunião com o presidente da CNEN (reunião ocorreu posteriormente, em 27/02), a resposta do governo à pauta da categoria (prevista naquele momento para o dia 28/02) e informes das atividades do Fórum de C&T, além da eleição dos delegados de base do sindicato.

Os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de São Paulo tiveram assembleia no dia **1º de março**, às 14h, on-line. Além das pautas debatidas nas demais assembleias da base do sindicato, eles falaram sobre o teletrabalho, o andamento do Plano de Carreira e a situação da GEAP.

A assembleia dos servidores do Ministério da Saúde/Funasa aconteceu no dia **5 de março**, às 9h, presencialmente, no Guarujá. Em pauta, campanha salarial; informes jurídicos sobre a aposentadoria, abono de permanência e terço de férias; a importância da Organização no Local de Trabalho e eleição dos Delegados de Base do Conselho Deliberativo do Sindsef-SP.

Também no dia **5** foi realizada a assembleia dos servidores da Funai, no formato híbrido (presencial e on-line), em Itanhaém/SP.

Nos dias **7 e 8 de março**, aconteceram, respectivamente, as assembleias dos servidores da Defesa e da ex-LBA, na sede do Sindsef-SP.

No dia **13 de março** o sindicato divulgou que o Departamento Jurídico do Sindsef-SP obteve sucesso em uma ação referente ao direito de devolução dos valores de auxílio-alimentação que deveriam ser pagos durante os períodos de afastamento por férias, licença-capacitação e licença para tratamento de saúde, abrangendo o período de janeiro de 1999 a outubro de 2023.

No dia **14 de março**, foi divulgado o vídeo de Luis Genova, secretário geral do Sindsef-SP, informando sobre a reunião entre o governo federal e as entidades nacionais representativas dos servidores públicos federais ocorrida em 28 de fevereiro. Foi a primeira deste ano sobre a campanha salarial do funcionalismo e a 7ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

No dia **28 de março**, ocorreu uma importante reunião entre representantes do Sindsef-SP (membros da diretoria, delegadas e delegados sindicais e outros servidores), o superintendente regional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Marcus Alves de Mello, e representantes da chefia do gabinete. A pauta da reunião girou, principalmente, em torno do andamento do Plano de Gestão e dúvidas sobre o sistema do ponto eletrônico.

No dia **3 de abril** aconteceu, na sala da Assincra/SP, a mobilização nacional pela reestruturação de carreiras. O evento contou com a adesão de servidoras e servidores do Incra/SP. Como parte da atividade, o advogado César Lignelli, do Departamento Jurídico do Sindsef-SP, elucidou dúvidas sobre reenquadramento e progressão.

Também no dia **3 de abril**, aconteceu a assembleia dos servidores do Ipen, às 10h, no vão do CPD, em formato híbrido (presencial e on-line). A pauta incluiu informes gerais, campanha salarial, caravana para Brasília, plano médico, reunião com o presidente da CNEN e informes jurídicos. Luis Gênova, secretário geral do Sindsef-SP, falou, em vídeo divulgado nas redes sociais, como foi a assembleia.

Servidoras e servidores da Funai também fortaleceram o dia nacional de luta realizando uma reunião, onde debateram a campanha salarial, a criação do Grupo de Trabalho sobre reestruturação do órgão e o andamento da medida provisória que trata do plano de carreira.

Servidoras e servidores da SPU vestiram preto e fizeram um café da manhã onde, os que estavam no trabalho presencial, criticaram a ausência de reajuste salarial e trocaram informes sobre iniciativas dos colegas em outros estados.

Neste mesmo dia, como parte do Dia Nacional de Mobilização e Paralisação dos servidores públicos federais, o Sindsef-SP também acompanhou a

atividade de mobilização pela reestruturação de carreiras do Incra, à tarde, e realizou sua assembleia estadual em que houve o debate sobre os rumos da campanha salarial unificada do funcionalismo, à noite.

No dia **4 de abril** foi feita a divulgação da Caravana para a Marcha a Brasília em todos canais de comunicação do Sindsef-SP. O Sindsef-SP reforçou o chamado para a marcha, noticiando como estavam as mobilizações nos órgãos, no dia 9 de abril.

No dia **10 de abril**, servidores e servidoras da área ambiental de São Paulo e do Paraná reuniram-se em uma assembleia virtual para discutir a proposta de reestruturação da carreira apresentada pelo Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI). O clima não poderia ser mais tenso, com duras críticas ao governo Lula surgindo em meio ao debate.

Em vídeo, no dia **11 de abril**, Luis Genova, diretor do Sindsef-SP, informa sobre a reunião da chamada "Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)" entre o governo federal e as entidades nacionais representativas dos servidores públicos federais ocorrida em **10 de abril**.

No dia **12 de abril** o Sindsef-SP denunciou que, pelo segundo mês consecutivo, os trabalhadores terceirizados que prestam serviços ao INMET enfrentavam atrasos salariais.

No dia **17 de abril** aconteceu a marcha à Brasília dos servidores públicos federais de todo o país. O Sindsef-SP organizou uma caravana para a atividade.

Em vídeo gravado durante a marcha em Brasília, aposentados mostram que estão ativos e aposentados juntos na luta por recomposição salarial e vida digna para todos.

Ao final da manifestação, em vídeo, Paulo Barela, da secretaria executiva nacional da CSP-Conlutas falou sobre as atividades que estavam acontecendo nestes dias **16, 17 e 18 de abril** de 2024 como parte da Jornada de Lutas dos servidores federais em Brasília.

Em reunião, no dia **19 de abril**, servidores do MTE trataram de mudanças nas regras do Plano de Gestão; Ponto Digital e Sesc.

Os servidores aposentados e pensionistas se reuniram em assembleia no dia **30 de abril**. Foi publicada a nota do segmento em repúdio ao governo Lula e às entidades que assinaram o acordo rebaixado, deixando os aposentados e pensionistas fora desse processo.

Durante a assembleia dos servidores da Área Ambiental, realizada em **2 de maio**, Claudio Fabi apresentou brevemente as contrapropostas do Grupo de Trabalho da Ascema Nacional e a da Ascema SP/PR, que haviam sido analisadas na assembleia realizada no dia 30 de abril. Jerônimo Martins e Vera Élen complementaram o resumo buscando sanar possíveis dúvidas. A proposta do governo já foi 100% rejeitada pelo conjunto dos servidores do setor. Além disso, também foi debatida a questão do loteamento dos cargos de Superintendentes.

Ainda no dia **2 de maio**, o MGI apresentou uma contraproposta na mesa de negociação específica e temporária do Incra e MDA. Os servidores se reuniram em assembleia no dia 5 de maio para debater sobre isso e formas de mobilização.

Em assembleia realizada em **6 de maio**, servidoras e servidores da superintendência do Incra em São Paulo avaliaram a contraproposta apresentada pelo Ministério de Gestão e Inovação (MGI) na última mesa de negociação setorial, ocorrida em 2 de maio. A assembleia também marcou o início de uma campanha de combate ao assédio nas dependências do Incra, dividida em duas etapas: assédio moral e, posteriormente, assédio sexual.

Servidores administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego realizaram um Dia Nacional de Luta no Dia da Abolição da Escravatura, em **13 de maio**, exigindo a implantação imediata do plano de carreira específico para o setor.

No dia **24 de maio** o Sindsef-SP divulgou que o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) desempenha um papel crucial no monitoramento das mudanças climáticas e na previsão do tempo, sendo vital para a Defesa Civil. Diante disso, destacou as demandas dos servidores, que reivindicam reconhecimento e reestruturação do órgão, especialmente em relação à carreira de Ciência e Tecnologia, para corrigir distorções e valorizar os profissionais.

Na assembleia conjunta da Ascema SP/PR e Sindsef-SP, realizada em **28 de maio**, foi aprovada a paralisação de 24 horas para o dia 5 de junho, como forma de protesto contra a falta de negociação efetiva por parte do governo, que já teve sua proposta rejeitada.

No Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em **5 de junho**, servidoras e servidores da área ambiental (MMA, Ibama, ICMBio e SFB) promoveram um dia nacional de paralisação em protesto contra a política salarial do governo Lula. A mobilização, organizada em São Paulo pela Ascema SP/PR e pelo Sindsef-SP, começou com um café da manhã na superintendência do Ibama, seguido por uma conversa informal sobre conjuntura, campanha salarial e questões ambientais.

O Sindsef-SP realizou assembleia estadual no dia **5 de junho**, à noite, on-line, para debater sobre a conjuntura, a campanha salarial e as próximas atividades.

Em carta protocolada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no dia **7 de junho**, servidores e contratados do Instituto Nacional de Meteorologia denunciaram situação precária do Instituto e demissões de quadro operacional em meio à crise climática, sem ser possível cumprir as atividades operacionais. Por isso, as atividades foram impreterivelmente interrompidas a partir do dia **15 de junho**, devido à falta de pessoal e recursos.

Em virtude do adiamento da mesa de negociação de C&T a vigília / manifestação / paralisação do dia **12 de junho** foi suspensa na véspera.

O Sindsef-SP realizou uma assembleia on-line com os servidores da Cultura na terça-feira, **11 de junho**, às 10h30. A pauta discutida incluiu o debate sobre a proposta de negociação do governo, o posicionamento quanto à abertura da Mesa de Negociação Específica da Cultura, a articulação da Cultura com outros órgãos federais da base do sindicato e a definição de uma agenda de mobilização local.

No dia **11 de junho**, a assembleia virtual dos servidores da Cultura de São Paulo contou com a participação de Ruth Vaz Costa e Marcos Brum Lopes, ambos servidores do Ibram e membros do Fórum da Cultura, convidados pelo Sindsef-SP, que trouxeram informes sobre a mobilização nacional. Mobilizados pela estruturação do plano de carreira da Cultura, servidoras e servidores aprovaram, em Encontro Nacional do setor, um calendário de atividades para forçar a abertura da mesa específica e temporária de negociação da Cultura, no âmbito do MGI.

No dia **12 de junho**, os servidores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) participaram de uma reunião que abordou diversos temas, entre eles a campanha salarial, a mobilização nacional da cultura e a organização sindical.

Também no dia **12 de junho**, a assembleia nacional dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), convocada pela ANASMITRAP (Associação Nacional dos Servidores dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social) com apoio do Sindsef-SP, decidiu pela retomada da Operação Legalidade. Esse movimento visa suspender atividades que caracterizem desvio de função, em protesto contra a ausência de implementação do plano de carreira específico para o setor e os contínuos desvios de função no órgão, que deveria zelar pelos direitos dos trabalhadores.

Os servidores da Área Ambiental tiveram assembleia no dia **12 de junho**, on-line. Em pauta, estava a carta - resposta do MGI; análise da conjuntura; apresentação de propostas para o movimento e deliberações.

No dia **13 de junho** aconteceu a assembleia dos servidores da Fundacentro, on-line, para informar sobre as mesas setoriais de negociação e falar a respeito do pedido de concurso público da Fundacentro.

Em assembleia convocada pela Ascema SP-PR, com apoio do Sindsef-SP, no dia **17 de junho**, os servidores da Área Ambiental aprovaram a deflagração de uma greve por tempo indeterminado a partir do dia 1º de julho.

No dia **18 de junho** foi publicado o Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária dos servidores da Área Ambiental do Estado de São Paulo. A assembleia foi marcada para o dia 24 de junho tendo como pontos de pauta os informes da mesa nacional de negociação e a deflagração de greve por tempo indeterminado, a partir do dia 1º de julho de 2024.

No dia **19 de junho**, os servidores da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) retomaram a organização da luta por reconhecimento e valorização da categoria. A mobilização, que começou a ganhar força através de grupos de mensagens, culminou na primeira assembleia nacional.

Em assembleia conjunta realizada em **24 de junho**, servidores da área ambiental dos estados de São Paulo e Paraná decidiram entrar em greve a partir de 1º de julho. A decisão veio após meses de tentativas frustradas de negociação com o governo federal, que não demonstrou disposição para um diálogo. A assembleia contou com a participação de representantes da Ascema SP/PR, Sindsef-SP e Sindsep/PR, que falaram da importância do momento, colocando-se a disposição para amplificar a luta da área ambiental.

O Sindsef-SP divulgou o comunicado de greve do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO e demais órgãos da Área Ambiental, em todo o estado de São Paulo.

Na semana de **24 a 28 de junho**, os servidores do Incra/SP realizaram assembleia e participaram de reuniões com a superintendente e com o ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar.

A assembleia dos servidores do Ministério da Saúde, realizada no dia **25 de junho** no auditório do Sindserv/Guarujá, discutiu a conjuntura econômica e

a campanha salarial de 2024, além de abordar os informes jurídicos e gerais.

Aposentados/as e pensionistas da base do Sindsef-SP tiveram sua assembleia junina no dia **28 de junho**, como sempre, demonstrando que seguem vivos e ativos na luta. Os participantes debateram a conjuntura e a campanha salarial, além de ter informes jurídicos e gerais. Logo após, houve um momento de interação, com comidas típicas da época.

Em assembleia, realizada em **3 de julho**, dos Servidores da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) debateram conjuntura nacional e campanha salarial, formas de organização nacional, questões específicas e a importância da luta coletiva e da participação nas atividades a fim de fortalecer as entidades representativas dos servidores.

Reunidos em assembleia no dia **04 de julho**, servidores do Incra/SP rejeitaram a proposta apresentada pelo Ministério de Gestão e Inovação (MGI), na mesa de negociação, realizada em Brasília no dia 24 de junho. Os presentes também definiram novas iniciativas para marcar o aniversário de 54 anos do Incra. Nesse sentido, foi confeccionada pelo Sindsef-SP uma faixa, com os dizeres: 'Incra 54 anos: nada a comemorar! Pior salário do Executivo Federal', para ser colocada na fachada do prédio.

Os servidores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) aprovaram, por unanimidade, uma paralisação de 48 horas, nos dias 10 e 11 de julho, aderindo ao calendário nacional de mobilização do setor cultural. A decisão, tomada em assembleia no dia **04 de julho**, refletiu a insatisfação dos trabalhadores que lutam pela elaboração de um plano de carreira específico para a Cultura e por uma urgente recomposição salarial.

Foi publicado, no dia **5 de julho**, o aviso à população sobre a deflagração de greve dos servidores do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) por 48 horas, nos dias 10 e 11 de julho de 2024, objetivando o alcance das justas reivindicações apresentadas ao Governo Federal sobre a necessária reestruturação da Carreira dos/as servidores/as e até agora não atendidas.

Servidores e servidoras da área ambiental foram surpreendidos com uma determinação judicial impondo que trabalhadores de diferentes setores retornem imediatamente às suas funções, sob pena de uma multa diária de R\$200 mil, para as entidades que representam a categoria, em caso de descumprimento. Esse foi o tema da assembleia conjunta da Ascema SP/PR, Sindsef-SP e Sindsep/PR, realizada na manhã de **5 de julho**.

Ainda no dia **5 de julho**, Emília Pereira, diretora do Sindsef-SP e Pedro Paulino, membro do conselho de base, ambos servidores do MTE, entregaram ao ministro do trabalho, Luiz Marinho, o ofício comunicando a suspensão das atividades que consistem em desvio de função no órgão. A iniciativa está sendo chamada de "Operação Legalidade". A entrega ocorreu durante a solenidade de posse do presidente da Fundacentro, na sede da autarquia, em São Paulo.

Em assembleia ocorrida no dia **8 de julho**, servidores da área ambiental dos estados de São Paulo e do Paraná definiram a continuidade do movimento grevista, apesar da atitude antissindical do governo.

No dia **10 de julho** foi publicada a Carta aberta dos/as servidores/as públicos do Iphan de São Paulo. O texto explica os motivos pelos quais a "Cultura revoltou", mobilizando-se através do calendário nacional de paralisações com vistas a pressionar pela elaboração de uma proposta de plano de carreira e pela abertura da mesa de negociação do MGI com o segmento.

Em assembleia ocorrida em **12 de julho**, servidores da área ambiental dos estados de São Paulo e Paraná definiram encaminhamentos para fortalecer e dar visibilidade ao movimento grevista.

No dia **15 de julho** foi publicado o "Manifesto a essencialidade da técnica e a (in)conveniência da política", dos servidores da Área Ambiental.

No dia **16 de julho** foi publicada a "CARTA ABERTA Nº 001/2024 - Comando Nacional de Greve dos Servidores Ambientais Federais". O documento externa a revolta e decepção com o governo pela morosidade em negociar com nossa categoria e pelo tratamento desrespeitoso com as servidoras e servidores que se dedicam à proteção e conservação dos recursos naturais.

Em assembleia realizada no dia **26 de julho**, servidores da Área Ambiental debateram sobre a iniciativa da Ascema Nacional para tentar aprovar a nova contraproposta da categoria enviada ao Ministério de Gestão e Inovação (MGI).

No dia **31 de julho**, na assembleia virtual realizada convocada pelo Sindsef-SP, servidoras e servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) rejeitaram, por ampla maioria, a proposta de reestruturação de carreira apresentada pelo Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos (MGI).

No dia **2 de agosto**, servidores da área ambiental realizaram uma reunião nacional, com a presença da advogada do Sindsef-SP, Dra. Eliana Ferreira, para discutir sobre o Fundo de Greve.

Também no dia **2 de agosto**, alertamos que muitas modalidades de GOLPES vêm sendo praticadas para tentar tirar/subtrair valores dos servidores da ativa e aposentados.

Servidores técnicos administrativos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Advocacia-Geral da União (AGU) em São Paulo, tanto ativos quanto aposentados, realizaram, no **dia 7 de agosto**, um ato em frente à AGU/SP como parte da Mobilização Nacional.

No mesmo dia, em assembleia, no horário da manhã, os servidores da Área Ambiental de SP e PR decidiram aceitar nova proposta do MGI, desde que o governo assumira alguns compromissos. À tarde, os servidores realizaram uma panfletagem no Masp.

A assembleia realizada no dia **9 de agosto** no Guarujá com servidores do Ministério da Saúde, ex-Funasa, levou informes sobre a reunião, que ocorreu em 26/07, com a Secretaria de Pessoas, do Ministério da Saúde, que tratou sobre solicitações de abono de permanência, aposentadoria especial e contagem de tempo especial.

A Ascema Nacional e a Condsef foram convocadas pelo Ministério da Gestão e da Inovação no Serviço Público (MGI), para uma reunião que ocorreu em **12 de agosto**, na sede do MGI, onde foram apresentadas as cláusulas do termo de acordo de reestruturação da CEMA e do PECMA, para assinatura das partes. Também estiveram presentes representantes do MMA e suas vinculadas.

Foi publicado em **12 de agosto** o informativo sobre a manutenção da “Operação Legalidade” dos servidores administrativos do MTE para combater desvio de função e assédio moral institucional. A Operação, iniciada em 1º de julho, seguiu firme. Em vários estados, a adesão das servidoras e servidores foi total, enquanto em outros a participação foi parcial.

No dia **13**, foi publicado o boletim sobre a assinatura do acordo da Área Ambiental, destacando que não há o que comemorar.

No dia **14 de agosto**, foi divulgada a notícia de que o Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) publicou a portaria que cria diretrizes para novos pedidos de reestruturação de carreiras na administração pública federal.

Os servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em São Paulo decidiram, em uma votação apertada, no dia **15 de agosto**, pela aceitação da proposta salarial do governo Lula, apesar de críticas e rejeição às disparidades

Os servidores do IPEN realizaram uma assembleia virtual, no dia **22**, para discutir a “proposta” de tabela salarial apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) na mesa de negociação temporária em 19 de agosto.

No sábado, **24 de agosto**, o Conselho Deliberativo do Sindsef-SP se reuniu para debater o cenário político e econômico do país e os desafios enfrentados pelos servidores públicos federais. Foi uma reunião bastante vitoriosa com 38 participantes dos principais órgãos de nossa base.

Convocada pela Associação Nacional dos Servidores dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social (ANASMITRAP) e apoiada pelo Sindsef-SP, a Assembleia Nacional dos Servidores Administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), realizada em **28 de agosto**, aprovou a manutenção da operação legalidade e planejou ato em defesa da carreira.

Em informativo especial, no dia **30**, o Sindsef-SP destacou que a nova reforma administrativa, feita a conta gotas, representa um ataque aos direitos dos servidores, enfraquecendo o serviço público e penalizando a população que mais depende dele.

O Sindsef-SP noticiou, no dia **2 de setembro**, sobre o novo concurso público anunciado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) para o provimento de cargos em seu quadro de pessoal. O número de vagas autorizadas — 150 ao todo — é considerado insuficiente para suprir as demandas da CNEN, que enfrenta uma grande carência de pessoal.

Servidores administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizaram, no dia 3 de setembro, um ato público em prol da implementação do Plano de Carreira do setor. A mobilização, que ocorreu na entrada do prédio onde está localizada a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), além de outros órgãos do Executivo, teve como objetivo central a valorização e o reconhecimento da importância de suas funções para a sociedade.

Em assembleia realizada em **24 de setembro**, os servidores da Funai aprovaram um aditivo ao termo de acordo do setor, que instituiu o plano de carreira e o plano especial de cargos indigenistas.

Os servidores da área ambiental de São Paulo e Paraná realizaram uma assembleia conjunta em **25 de setembro**, organizada pela Ascema SP/PR, Sindsef-SP e Sindsep-PR, para eleger representantes ao Encontro da Ascema Nacional e refletir sobre a mobilização pela reestruturação da carreira.

Foram abertas, no dia 27 de setembro, as inscrições para o Encontro dos Aposentados e Pensionistas do Sindsef-SP, marcado para os dias 28, 29 e 30 de outubro em Caraguatatuba/SP.

Foram publicados, no dia **30 de setembro**, os editais do 28º Congresso do Sindsef-SP e da assembleia estatutária híbrida (presencial e eletrônica/virtual).

Em reunião ocorrida em **1º de outubro**, o Setorial do Funcionalismo Público da CSP-Conlutas discutiu uma série de temas centrais à luta das categorias e apontou a necessidade de unificar a categoria diante dos ataques do governo.

No dia **11 de outubro** a assembleia nacional dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), realizada de forma virtual, trouxe informes da diretoria da Anasmitrap (Associação Nacional dos Servidores dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social) sobre as movimentações em busca do Plano Especial de Cargos do órgão e colocou em discussão a continuidade da Operação Legalidade.

Foram abertas, no dia 27 de setembro, as inscrições Em 15 de outubro, foi realizado um Ato Público em frente à Superintendência do INSS em São Paulo, como parte da agenda de mobilizações do Fonasefe

(Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais). Organizado conjuntamente por Sindsef-SP, Sinsprev e Sintrajud, o ato contou com a participação de representantes da CSP-Conlutas, servidores do Banco Central, professores e diversas outras categorias.

Entre os dias **18 e 20 de outubro** de 2024, ocorreu o Encontro Nacional dos Servidores da CEMA e do PECMA, em Brasília. A atividade, que reuniu trabalhadoras e trabalhadores da Área Ambiental de diferentes regiões do país, contou a participação de delegação da Ascema SP/PR. As delegadas e delegados cumpriram a missão de refletir, nas intervenções e votações, os debates acumulados na assembleia da categoria, convocada conjuntamente com a Ascema SP/PR, Sindsef-SP e Sindsep/PR Associação, realizada no **dia 15 de outubro**.

No dia **30 de outubro**, servidores do Inmet fecharam o tempo com a realização de um Dia Nacional de Luta.

No dia **06 de novembro**, o Sindsef-SP tornou a público a proposta de regimento do seu 28º Congresso Estadual. Já no dia **07**, começou a rodada de assembleias para tratar de pautas de interesse da categoria e eleger a delegação que participará do 28º Congresso do Sindsef-SP.

LUTAS GERAIS

No dia **22 de janeiro**, o Sindsef-SP manifestou apoio à luta dos servidores do judiciário contra a redução do auxílio-saúde e custeio à saúde. A categoria exige a retomada do auxílio e isonomia de pagamento com os juízes. Os trabalhadores do judiciário aprovaram uma paralisação no dia **23 de janeiro**, com indicativo de greve, e realizaram um ato público e assembleia no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa.

Previsto para o dia **24 de janeiro**, o ato unificado dos servidores públicos ativos e aposentados por recomposição salarial e em defesa dos direitos foi suspenso em razão das fortes chuvas.

No Dia dos Aposentados, o Sindsef-SP parabenizou todos aqueles que estão na luta a mais tempo e que são motivo de orgulho e inspiração para todos nós.

No dia **24 de janeiro**, o Sindsef-SP manifestou total apoio aos trabalhadores argentinos, que desde dezembro estavam em luta, realizando manifestações, assembleias populares, painéis e que naquele dia, convocaram a realização de uma greve geral contra os ataques do novo presidente, o ultraliberal e reacionário Javier Milei.

No dia **15 de fevereiro**, o Sindsef-SP expressou seu apoio à chapa 1 - Nenhum Servidor a Menos", para as eleições do Sindsemp-SP, que ocorreu nos dias **21 e 22 de fevereiro**. Foi publicada uma nota e um vídeo, do secretário geral, Luis Genova, sobre o assunto.

No dia **28 de fevereiro**, o Sindsef-SP expressou indignação ao tratamento violento e desumano dispensado pela Polícia Militar de São Paulo, que resultou na perda irreparável de outro jovem negro e periférico: Matheus, 21 anos, assassinado por um policial quando andava de moto.

O Sindsef-SP publicou, no dia **11 de abril**, uma moção de Solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras metroviários e em defesa do Direito de Greve. O sindicato se somou à luta em defesa do Sindicato dos Metroviários contra os ataques do governo e da extrema-direita.

No dia **12 de março**, o Sindsef-SP manifestou apoio à greve dos TAEs das universidades e institutos federais, exigindo que o governo Lula atendesse imediatamente as reivindicações dos trabalhadores e fazendo um chamado à sua base para se engajar ainda mais na luta pela recomposição salarial.

O Sindsef-SP convocou a sua base, no dia **17 de abril**, para o Ato contra a privatização da Sabesp na Câmara de Vereadores de São Paulo.

No dia **2 de maio**, o Sindsef-SP informou sobre a mensalidade sindical, explicando que o governo adotou medidas que visavam dificultar o desconto da mensalidade dos trabalhadores filiados aos sindicatos e a importância da contribuição voluntária dos associados.

No dia **3**, foi feita a divulgação da campanha, promovida pela CSP-Conlutas, de arrecadação para apoiar atingidos pelas chuvas no Rio Grande do Sul.

Em frente ao Fórum Criminal da Barra Funda, em São Paulo, no dia **17 de maio**, o Sindsef-SP se uniu aos familiares dos nove jovens mortos pela polícia no massacre de Paraisópolis em um ato comovente intitulado "Amanhecer por Justiça pelos 9 que perdemos". O protesto marcou a terceira Audiência de Instrução do caso, onde testemunhas de acusação contra os policiais envolvidos esperam ser ouvidas.

“O Direito e a luta dos trabalhadores” foi o tema da transmissão ao vivo de **21 de maio** de 2024, realizada conjuntamente pelo Sindsef-SP e Sindsemp/SP.

O Sindsef-SP publicou, no dia **7 de junho**, um material especial sobre a privatização das praias. Na época, estava em evidência a Proposta de Emenda à Constituição nº 3 de 2022, que tramitava pelo Senado desde agosto de 2023 com o intuito de entregar o domínio de terrenos do litoral pertencentes à marinha nas mãos da iniciativa privada, estados e municípios.

O Sindsef-SP divulgou a "Nota contra o PL do Estupro! Criança não é mãe, estuprador não é pai!", no dia **14 de junho**. O Projeto de Lei 1904/24, que equipara aborto a homicídio, teve sua tramitação aprovada em regime de urgência na no dia 12 de junho, na Câmara dos Deputados Federais.

O Sindsef-SP manifestou total apoio à luta dos trabalhadores e das trabalhadoras da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul), que iniciaram uma greve por tempo indeterminado no dia **30 de julho**.

CALENDÁRIO DE LUTAS DO MOVIMENTO

No dia **29 de janeiro**, Dia Nacional da Visibilidade Trans e Travesti, o Sindsef-SP reafirmou a luta contra a transfobia. Foi um dia para dizer basta de violência transfóbica, mas também de deixar claro que as pessoas transexuais e travestis precisam de direitos assegurados e, acima de tudo, respeito.

No dia **28 de fevereiro**, o sindicato fez menção ao Dia Mundial de Combate às LER/DORT, lembrando que é preciso denunciar as péssimas condições de trabalho que provocam o adoecimento do trabalhador, físico e mental. E divulgou a live promovida pela CSP-Conlutas com o tema "Saúde e Segurança nos locais de Trabalho; a relação entre LER/DORT e Adoecimento Mental.

Em defesa da vida de todas as mulheres, os servidores foram às ruas no dia **8 de março**, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora. O Sindsef-SP fortaleceu a coluna da CSP-Colutas no ato realizado no vão livre do Masp, a partir das 17h. O sindicato convocou os servidores com antecedência.

No dia **21 de março**, às 19h, o Sindsef-SP realizou a roda de conversa on-line com o tema "Dia Internacional Contra a Discriminação Racial: A resistência ao racismo hoje". Foram convidados para debater o assunto Daniela de Cássia - Brasilândia Nossas Vidas Importam; Maria Cristina Quirino - Associação dos Familiares das Vítimas do Massacre de Paraisópolis; Israel Luz - Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese) e Wilson Honório da Silva - Movimento Quilombo Raça e Classe (QRC).

No dia **31 de março**, o sindicato fez memória aos 60 anos do Golpe Militar no Brasil, para que não se esqueça; para que nunca mais aconteça. Foram divulgadas fotos, vídeos e artigos.

No dia **19 de abril**, Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, o Sindsef-SP demonstrou apoio e solidariedade aos povos indígenas pela sua força e resistência, em defesa da vida e contra as frequentes tentativas de retirada de direitos.

Em vídeo com a participação de lutadoras e lutadores do Sindsef-SP, no dia **29 de abril**, foi feito o convite para o 1º de Maio Internacionalista, Classista e Independente de Patrões e Governos.

O Sindsef-SP ajudou a construir, junto com outros sindicatos, movimentos e a CSP-Conlutas, um ato do **1º de Maio**, internacionalista, classista e independente de patrões e governos.



Aproveitando a passagem do Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral, **2 de maio**, o Sindsef-SP reforçou seu compromisso em apoiar os trabalhadores no enfrentamento tanto ao assédio moral, quanto ao assédio sexual.

No dia **14 de maio**, foi divulgada a canção 14 de Maio, de Lazzo Matumbi, fazendo referência à passagem da data que considera a abolição da escravidão no Brasil, 13 de maio de 1888.

No dia **17 de maio**, o Sindsef-SP, juntamente com a CSP-Conlutas, fez menção ao Dia Internacional de Combate à LGBTfobia, destacando a realidade enfrentada pelas pessoas LGBTQIA+.

Em **28 de junho**, Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, o Sindsef-SP abordou a luta contra o preconceito e a violência LGBTfóbica; na busca por respeito, reconhecimento e visibilidade; e no direito de amar e de existir. Mas, também lembrou a história da data.

O sindicato também lembrou do dia **25 de julho** - Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Data que, no Brasil, também faz homenagem a Tereza de Benguela, líder quilombola que governou o Quilombo do Piolho, no Mato Grosso, no período colonial.

Junto à CSP-Conlutas, o Sindsef-SP fez menção ao Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, **29 de agosto**, destacando a luta e a resistência das mulheres lésbicas contra a opressão, a violência e a invisibilidade que enfrentam. **19 de agosto** foi Dia do Orgulho Lésbico.

No Dia Internacional e Nacional da Pessoa Idosa, comemorado em **1º de outubro**, o Sindsef-SP reafirmou seu compromisso em seguir reivindicando: Paridade salarial entre os servidores ativos, aposentados e pensionistas; cumprimento do Estatuto do Idoso e fim das contribuições previdenciárias dos aposentados.

PROJETOS DO SINDSEF-SP

Café com Lutas

O Sindsef-SP publicou, no dia **10 de maio**, o primeiro episódio do Café com Lutas, novo podcast e videocast do sindicato. O tema foi a tragédia climática que deixou mais de 150 mortos e 1,7 milhão de pessoas afetadas no Rio Grande do Sul. O meteorologista Franco Villela foi convidado para falar sobre o isso.

O segundo episódio do podcast e videocast Café com Lutas, publicado no dia **21 de maio**, foi sobre trabalho análogo à escravidão nos dias atuais. O Sindsef-SP convidou Evandro Rodrigues, coordenador da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para falar sobre o tema.

O terceiro episódio do Café com Lutas, publicado em **28 de junho**, foi sobre a luta pelo fim do genocídio do povo palestino. Para falar sobre a repercussão do massacre mais recente na região e esclarecer sobre o conflito, bem como contar sua própria experiência de vida, foi convidada Soraya Misleh, jornalista, membro da diretoria do ICARabe, da Ciranda Internacional da Informação Independente e da Frente em Defesa do Povo Palestino. Este episódio foi dividido em duas partes.

O quinto episódio do podcast e videocast Café com Lutas, divulgado em **23 de agosto**, encerrou a série sobre a Palestina com uma nova entrevista. Com o tema "O judaísmo antissionista: Pela libertação da Palestina!", dessa vez, o bate-papo foi com Bruno Huberman, autor do livro "Colonização neoliberal de Jerusalém", integrante do coletivo Vozes Judaicas por Liberação e professor de relações internacionais da PUC.

Em seu 6º episódio, ao ar no dia **17 de setembro**, o podcast e videocast Café com Lutas abordou o direito à moradia e a situação da Ocupação Esperança, localizada em Osasco. A advogada e liderança do movimento Luta Popular,

Irene Maestro, foi convidada para falar sobre as injustiças e desafios da luta por moradia digna, mas também a respeito da resistência no lar.

SindDicas

Dando continuidade ao projeto SindDicas, foram divulgadas, até o início de novembro, 21 dicas culturais sugeridas pelos coletivos de base do sindicato. Entre elas, as seguintes: filme Saudosa Maloca, festival É tudo verdade, espetáculo Depois do ensaio, Nora, Persona, filme A ordem do tempo, peça Dois Perdidos Numa Noite Suja – Delivery, 8½ Festa do Cinema Italiano, lançamentos e pré-estreias gratuitas de filmes no CimeSesc, exposição "Que país é este? A câmera de Jorge Bodanzky durante a ditadura brasileira 1964-1985", 13ª Mostra Ecofalante de Cinema, Semana do Cinema, Mostra "Bernardet e o Cinema" no CCBB, exposição "Koudelka: Ciganos, Praga 1968, Exílios", que homenageia o fotógrafo tcheco Josef Koudelka, sessões especiais da Reserva Cultural, mostra 1974 – 50 anos depois na Cinemateca, canal Cena Musical no YouTube, 48ª Mostra Internacional de Cinema em São Paulo, filmes sobre a força da mulher e as opressões, 10ª Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo, Festival de Cinema Italiano, filme "Ainda estou aqui" e o SP Food Film Fest.

Nossa Gente

O projeto Nossa Gente - espaço dedicado a contar a história daquelas pessoas que contribuíram para a construção e fortalecimento do sindicato - foi retomado neste ano com uma homenagem muito especial ao companheiro Renato Arthur Benvenuti. O vídeo "O Samba, a pescaria e a luta: Homenagem a Renato Arthur Benvenuti" está disponível no YouTube e nas demais redes sociais do sindicato.

Memória

Ao longo do ano, o Sindsef-SP informou os servidores filiados que faleceram. No dia 2 de abril, Maria José Rocha da Costa, servidora do Ipen, nos deixou. Em 7 de maio, foi a vez de Djair Bonfante Dias, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em 27 de maio, perdemos Antonio Bento Bertoli, da AGU. Em 11 de setembro, Renato Arthur Benvenuti, do Ipen e da CNEN, faleceu, sendo homenageado posteriormente no projeto "Nossa Gente", em 21 de setembro.



RESOLUÇÃO DE COMBATE ÀS OPRESSÕES: CONTRA TODA FORMA DE OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO

Basta de machismo e violência contra as mulheres!

As mulheres da nossa classe seguem enfrentando o aumento da violência doméstica, a sobrecarga de tarefas, o desemprego e a pobreza, além de maior dificuldade de acesso aos direitos sexuais e reprodutivo. Já a combinação da exploração com a opressão machista e racista, faz com que todas as mazelas do sistema capitalista recaiam com maior peso sobre os ombros da mulher negra. Assim como recaem também sobre as imigrantes, as LGBTIs trabalhadoras, as indígenas etc.

Lula não reverteu o desmonte das políticas para as mulheres, fruto do governo Bolsonaro e manteve o minguado orçamento, destinando verbas pífiyas para programas federais do combate à violência machista. Além disso, foi incapaz de colocar em prática sequer uma campanha nacional contra o machismo e a violência de gênero, como forma de buscar reverter a ofensiva ideológica reacionária do governo passado. Não podemos esperar pela boa vontade do governo. É preciso nos organizarmos desde já para exigir o fim à violência, incluindo a implementação de medidas efetivas para assegurar às mulheres mecanismos para evitar que sigam sendo vítimas de abusos, agressões e feminicídios.

Defendemos:

- Fim da violência machista: Implementação de uma ampla campanha contra a violência, a desigualdade e o machismo nas escolas, na mídia, nos locais de trabalho. Aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. Ampliação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher: delegacias especializadas com funcionamento 24h, com fácil acesso para as mulheres, centros de referência e casas abrigo para as mulheres vítimas e seus filhos. Política de geração de emprego para mulheres vítimas de violência. Punição aos agressores.
- Não à dupla jornada das mulheres. Pela socialização do trabalho doméstico: construção de restaurantes e lavanderias públicas, creches e escolas em tempo integral para todos os filhos e filhas da classe trabalhadoras, centros de lazer e convivência de idosos, bem como de serviços de apoio para todas e todos que necessitam de cuidados especiais.
- Emprego e renda para todas as mulheres trabalhadoras: salário igual para trabalho igual; auxílio-maternidade para todas as mães, incluindo informais e desempregadas; extensão de direitos previdenciários para as trabalhadoras informais e donas-de-casa.

- Melhoria da cobertura e da qualidade da assistência pré-natal, com consultas e exames na época adequada para todas as mulheres, acompanhamento médico, odontológico, nutricional e de enfermagem; construção e abertura de maternidades nos bairros da periferia com estrutura adequada, médicos e profissionais capacitados para o atendimento humanizado das gestantes e parturientes.
- Implementação de um programa de atenção integral à saúde da mulher com acompanhamento qualificado em todas as fases, ciclos e situações de vida da mulher.
- Campanha de prevenção à gravidez indesejada e de planejamento familiar, com a oferta de métodos contraceptivos gratuito, de acordo com as necessidades das mulheres nas unidades de saúde, sem burocracia, acompanhada de medidas de educação sexual e sem preconceitos, inclusive nas escolas. Distribuição de pílula do dia seguinte em todas as UBSs de forma obrigatória.
- Descriminalização e legalização do aborto para que todas as mulheres que assim o desejarem, possam realizar o procedimento de forma segura e gratuita, pelo SUS.
- Extensão da rede de creches públicas com estatização da rede conveniada. Creches públicas, gratuitas e de qualidade em período integral.
- Garantia da Lei de amamentação fiscalizadas por agentes de saúde e da obrigatoriedade de espaços para permanência dos bebês, com cuidados profissionais para as mães durante a amamentação.
- Políticas públicas específicas para mulheres privadas de liberdade, com atenção às suas necessidades específicas, como acesso à absorventes, celas para gestantes, berçários, etc.

Basta de racismo! Fim do genocídio da população negra! Reparação histórica já!

Muitos acreditam que a violência contra a população negra possa ser interrompida apenas mudando o governo. Mas os sucessivos governos aprovaram leis cujo objetivo foi o de criminalizar as lutas, a pobreza e a juventude pobre e negra das periferias. A lei antiterrorismo aprovada pelo governo Dilma e a lei de drogas de Lula são exemplos disso. É claro que Lula não tem o mesmo discurso pró-violência e racista de Bolsonaro, mas os dados mostram que os anos dos governos petistas também foram de extermínio da juventude e das mulheres negras. Foi com o PT que houve a explosão da população carcerária no Brasil. O fim da marginalização histórica do povo negro começa com a luta pela construção do socialismo, em unidade com o movimento operário e demais setores oprimidos.

Defendemos

- Descriminalização das drogas. O vício e a dependência devem ser tratados como casos de saúde pública.
- Desmilitarização da Polícia Militar, resquício da ditadura que ainda persiste. Por uma polícia civil unificada sob o controle da população e dos trabalhadores, com direito à organização e sindicalização.
- Fim da lei antiterror que só visa a criminalização das lutas! Direito de organização dos trabalhadores e do povo pobre! Direito do povo pobre à autodefesa, organizada nas lutas, nos bairros, ocupações, etc.
- Combate ao racismo e ao mito da democracia racial: por reparação histórica, fim da superexploração e do genocídio da juventude negra e pobre, e o fim das desigualdades sociais entre negros e brancos.
- Justiça pelos assassinatos dos negros nas comunidades pela polícia e punição dos envolvidos em massacres.
- Salário igual para trabalho igual, acabando com a indecente diferença que existe hoje.
- Avançar com uma política de fato de reparação, com cotas nas universidades e serviços públicos.

Contra a LGBTfobia! Defender os direitos das LGBTIs

O Brasil é o país que mais mata LGBTIs no mundo, principalmente trans e travestis. A ultradireita espalha o discurso de ódio e batalha pela retirada dos poucos direitos conquistados. Mas o retrocesso também está no governo petista, que mais uma vez criou esperanças para os explorados e oprimidos, enquanto forjou alianças com exploradores e opressores.

Por que o PT se alia com setores conservadores e partidos de direita que estão na linha de frente da perseguição às LGBTIs? Passados quase 2 anos de governo, onde está a verba para políticas de moradia e saúde para as LGBTIs, enquanto os banqueiros e empresários seguem enchendo os bolsos? Em prol de supostamente impedir o retorno da ultradireita ao governo, não podemos nos silenciar diante da omissão de Lula.

Queremos garantir o direito à vida, à educação, saúde e emprego digno, para as LGBTIs e a confiança que uma outra sociedade é possível, livre da opressão e da exploração.

Defendemos:

- Independência de classe e dos governos para barrar os ataques aos direitos.
- Unidade na luta para combater nas ruas a superexploração orquestrada pela burguesia através de ideologias como empoderamento individual e o empreendedorismo, que se usa de artifícios como pinkmoney e da suposta representa-

tividade LGBTI+ para gerar mais lucro para o sistema capitalista;

- Criminalização da LGBTfobia: Construir campanhas de combate ao preconceito e a discriminação. Prisão para crimes de homofobia! Contra a patologização, como as “curas gays”.
- Investimentos no SUS para a saúde específica da população LGBTI+, direito a cirurgia de redesignação sexual, políticas públicas de prevenção de DSTs e tratamento para pessoas portadoras de HIV, principalmente nas periferias!
- Investimento público para o amplo atendimento às vítimas de violência, com cuidados à saúde física e psicológica. Construção de casas abrigo como política de Estado para as vítimas de violência e abandono familiar.
- Debate de gênero e sexualidade nas escolas, pela revogação da BNCC e do Novo Ensino Médio, não ao projeto Escola Sem Partido e a militarização das escolas públicas.
- Cotas para pessoas trans nas universidades, concursos públicos e iniciativa privada, rumo ao pleno emprego para as pessoas LGBTIs.
- Garantir condições para que as travestis e transexuais, que vivem da prostituição, tenham acesso a políticas de integração ao emprego formal e qualificação profissional para deixar essa condição, caso queiram. Reconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários das profissionais do sexo e direito a saúde específica.
- Direito ao nome social de transexuais, transgêneros e travestis e não binários, sem burocracia e sem taxas. Contra o novo RG transfóbico.
- Contra a instrumentalização da fé para crimes de ódio, por um Estado laico e direito a liberdade de todas as religiões. Pelo acolhimento e inclusão de todes!
- Combater a LGBTfobia dentro do movimento sindical e popular para unir a classe trabalhadora!
- Pelo direito das pessoas trans, travestis e não binárias usarem os banheiros que quiserem e se sentirem mais seguras!
- Contra o apartheid trans, pelo direito de existir no Brasil e em todo no mundo!



Regularização e titulação das terras indígenas e quilombolas!

Após anos terríveis sob Jair Bolsonaro, o movimento indígena vem denunciando sua frustração com as medidas adotadas pelo governo Lula-Alckmin, em especial no tocante à sua principal demanda: as demarcações territoriais. Neste momento, o principal ataque em curso é a Lei 14.701/23, do Marco Temporal. Promulgada pelo Congresso Nacional e sancionada por Lula com vetos que não mudaram seu caráter racista e violento, ela parte da falsa tese de que os direitos sobre os territórios só devem ser reconhecidos aos povos que já os estivessem ocupando em 5 de outubro de 1988, data de publicação da Constituição Federal. Trata-se de uma narrativa cínica porque oculta o fato de que, se determinado povo não estava naquele momento em um território reivindicado, é porque há uma guerra dos ruralistas para roubar essas terras. É a legalização do assalto a territórios ancestrais. É preciso reverter essa situação!



Defendemos:

- Não ao Marco Temporal: revogação da Lei 14.701/23!
- Demarcação, homologação, proteção e sustentabilidade dos territórios indígenas!
- Revogação de todas as portarias e decretos que ameacem os direitos dos povos originários.
- Políticas específicas devem ser formuladas para garantir moradia e renda para os indígenas em situação de rua!
- Por uma política de inclusão de indígenas nos concursos públicos e iniciativa privada.

Basta de Xenofobia! Nenhum ser humano é ilegal!

A xenofobia e o racismo são ideologias usadas pelo capitalismo para dividir os trabalhadores, levar um setor a oprimir outro, jogar um setor da classe contra o outro, impedindo que a classe se una contra as opressões e a exploração. Essas ideologias difundidas pelo capitalismo impõem a crença de que a vida dos imigrantes e refugiados vale menos. Por isso, são superexplorados, em regimes de trabalhos análogos à escravidão. São vistos como cidadãos de segunda classe, que podem ser mortos a pauladas ou ser assassinados com tiros. Os imigrantes não são nossos inimigos. Vivemos uma naturalização da violência contra pessoas negras em nosso país, incentivada por Bolsonaro, um racista nojento. Não podemos aceitar que nos lancem contra nossos irmãos trabalhadores de outras nacionalidades. Nossos inimigos são os burgueses, e não os imigrantes e refugiados.

Defendemos:

- Livre trânsito internacional dos trabalhadores, com direito à documentação, trabalho e assistência médica para todos os imigrantes e refugiados. Nenhum ser humano é ilegal!





SINDSEF-SP

FILIADO À



Sindicato dos Trabalhadores no Serviço público Federal do Estado de São Paulo

